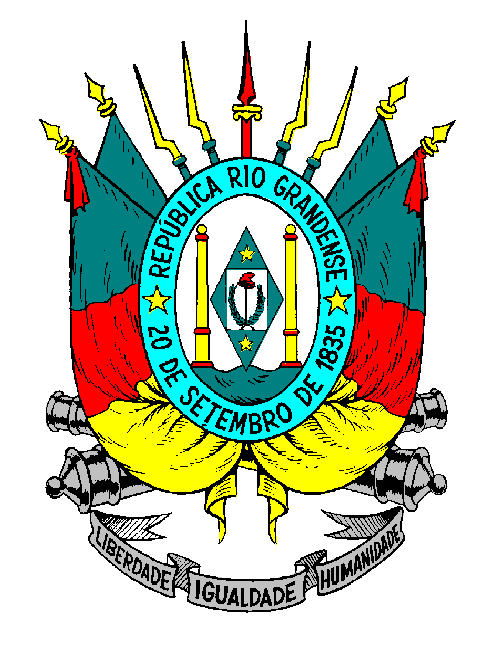
**Estado do Rio Grande do Sul**

**Roteiro prático para ato administrativo sobre programa**

**ATO Nº**

Regulamenta Programa xx instituído pela Lei xx ou Institui Programa xx (quando não tiver Lei e será criado pelo Decreto.)

O **AUTORIDADE COMPETENTE,** no uso das atribuições que lhe confere o (Constituição, Lei, Decreto),

**DECRETA, RESOLVE, DETERMINA:**

**Art. 1º** Fica regulamentado Programa xx instituído pela Lei xx (ou Institui Programa xx) , que tem por objetivo (referir o objetivo geral do Programa), salientando que o Programa é um conjunto de ações ordenadas para os determinados fins, que podem ser da administração pública estadual ou com a atuação e apoio de outros Poderes, outras esferas da administração pública e entes privados.

**§ 1º** Não é obrigatório que um Programa seja instituído ou regulamentado por Decreto, podendo ser construído mediante fluxos e normas no âmbito da Secretaria Estadual competente para as ações.

**§ 2º** Existem outras estruturas de normas para instituir ou regulamentar Programas, sendo este apenas um roteiro de uma das estruturas mais comuns, mas dependerá muito do que se objetiva com as ações e o que é necessário organizar com a normativa.

**Art. 2°** Os objetivos específicos do Programa podem ser referidos em incisos, traduzindo o que se busca com as ações concretas do Programa e os resultados esperados.

**Art. 3º** O Programa xx contará com a seguinte estrutura institucional:

I - Coordenação;

II - se necessário um órgão colegiado existente ou Comitê Gestor; e

III - se necessário Grupos de Trabalho.

**§ 1º** Poderá optar por estabelecer os órgãos e as entidades participantes e suas atribuições neste artigo, referindo que “O Programa xx contará com a participação dos seguintes órgãos e entidades”, indicando qual deles Coordenará as ações.

**§ 2º** Ao escrever a estrutura institucional deve ser observado que:

I – o órgão ou a entidade que coordena o Programa deverá ter competência legal para atuar na temática referente ao objetivo geral do Programa;

II – os órgãos ou as entidades da administração pública estadual que participarão do Programa e que receberem atribuições no âmbito do Programa devem ser consultados quanto a proposta e ter competência legal para o exercício destas atribuições;

III – os órgãos ou as entidades que não são integrantes da administração pública estadual serão convidados a participar das ações ou terá o indicativo de que poderão ser firmados acordos, convênios ou parcerias para estabelecer os vínculos, eis que não há subordinação hierárquica destes e o Governador do Estado que editará o Decreto;

IV – poderá ter a participação de órgãos colegiados já existentes na elaboração das diretrizes, prioridades e articulação das ações do programa, desde que esteja de acordo com suas atribuições legais ou seja feita a devida alteração; e

V – poderá ser criado órgão colegiado no âmbito do Programa, se necessário e se não for possível aproveitamento de estruturas existentes, cuja denominação será de Comitê Gestor, o qual poderá criar Grupos de Trabalho para apoiar em temas específicos.

**§ 3º** Poderá ter um Programa cujas ações sejam desenvolvidas no âmbito de um único órgão ou entidade da administração pública estadual, quando então o decreto de instituição do Programa se ocupará mais em referir os fluxos e etapas, não sendo utilizado então os artigos seguintes.

**Art. 4º**. O Comitê Gestor (se necessária sua criação) será composto por um representante titular e um representante suplente, dos seguintes órgãos (e entidades, se for tiver), indicados pelos respectivos titulares:

I - o órgão ou a entidade que coordena o Programa usualmente é o coordenador do Comitê;

II – os órgãos ou as entidades da administração pública estadual que participarão do Comitê do Programa e que receberem atribuições no âmbito do Programa devem ser consultados quanto à proposta e ter competência legal para o exercício destas atribuições;

III – os órgãos ou as entidades que não são integrantes da administração pública estadual serão convidados a participar do Comitê Gestor.

**§ 1º** O Coordenador do Programa indicará um Secretário Executivo do Programa e do Comitê Gestor.

**§ 2º** O Comitê Gestor tem por competências:

I – definir políticas, diretrizes e prioridades;

II – supervisionar a gestão dos projetos e das ações;

III – aprovar a constituição dos Grupos de Trabalho e a designação dos respectivos integrantes;

IV – elaborar e aprovar o seu regimento interno;

V – usualmente o Comitê Gestor tem competências consultivas; e

VI – não tem competências ativas, como assinar e fiscalizar convênios, assinar e fiscalizar contratos, o que fica no âmbito de cada órgão ou entidade, com os Gestores legalmente habilitados para tanto.

**§ 3º** Os integrantes do Comitê Gestor poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante proposta do órgão ou da entidade que representarem.

**§ 4º** O Coordenador do Comitê Gestor poderá convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de entidades ou especialistas que possam contribuir para o bom andamento das atividades.

**§ 5º** As decisões do Comitê Gestor serão tomadas por maioria de votos, presente a metade mais um de seus membros, cabendo ao Coordenador o voto comum e também de desempate.

**§ 6º** A função de membro do Comitê Gestor é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

**Art. 5º** Os Grupos de Trabalho (se necessário sua previsão) serão constituídos pelo Comitê Gestor tendo por objetivo apoiar ou acompanhar ações do Programa ou estudar, avaliar ou propor questões referentes a temas específicos.

**§ 1º** Os Grupos de Trabalho terão as seguintes atribuições:

I – propor medidas;

II – acompanhar a execução de projetos; e

III – sugerir metodologia e parâmetros.

**§ 2º** As funções de membro dos Grupos de Trabalho são consideradas de interesse público relevante e não serão remuneradas.

**Art. 6º** São beneficiários do Programa (se forem ações específicas, com beneficiários individuais podem ser identificados e declinados alguns requisitos para acessar o Programa).

**Art. 7º** São instrumentos do Programa (deve ser referido o que o Estado utilizará para fazer as ações do programa):

I – fundos;

II – parcerias;

III – financiamentos;

IV – ações de comando e controle, como licenciamento e fiscalização;

V – orientação e assistência técnica; e

VI – outros.

**Art. 8º** Detalhar nos próximos artigos quem faz o que no âmbito do Programa, como será utilizado cada instrumento, ou como serão os fluxos, as etapas.

**Parágrafo único.** Poderá ser delegada esta definição para normativas no âmbito do governança do Programa ou utilizar normativas já existentes referentes aos instrumentos e ações que serão desenvolvidas.

**Art. 9º** O ato normativo não poderá criar receitas/despesas de forma isolada, mas poderá indicar fontes já previstas nos instrumentos de programação legal e as formas legais da execução das despesas públicas relacionadas com o Programa, vinculadas aos órgãos e aos respectivos gestores.

**Art. 10.** Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se (verificar se existem normativas anteriores sobre o tema que foram revisadas ou que estão ultrapassadas).

Porto Alegre,

**NOME,**

Autoridade Competente